

# Diário do Legislativo de 16/09/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 69ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 34ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Grupo Sarandeiros pelos 30 Anos de sua Fundação

1.3 - 62ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - 63ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.5 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

### 3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/9/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questão de ordem - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.891 a 4.893/2010 - Requerimentos nºs 6.629 a 6.643/2010 - Requerimento do Deputado João Leite e outros - Comunicações: Comunicações da Comissão do Trabalho e dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Elmiro Nascimento - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Carlin Moura, Weliton Prado e Padre João - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado João Leite e outros; deferimento - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Braulio Braz - Carlin Moura - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria, mais uma vez, de registrar a presença dos servidores do Judiciário, que mantêm vigilância em protesto contra a intransigência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em não avançar nas negociações. Estamos buscando entendimento, conversando com o Presidente desta Casa para que coloque em pauta o Projeto de Lei nº 3.797. Estamos representando uma parcela de cidadãos, de servidores do Judiciário que, acima de tudo, clamam por justiça, pois não a têm encontrado no Poder Judiciário, que deveria ser a casa da justiça. Então, Sr. Presidente, registramos que os servidores do Judiciário encontram-se na entrada desta Casa, nas escadarias, mantendo vigilância permanente, e nas galerias. Farei a leitura do panfleto que estão distribuindo, pois julgo ser de grande relevância para o conhecimento dos Deputados desta Casa. (- Lê:) "TJMG dá 'banana' para o servidor? Sim! Alguém sofre com isso? Todos! Sofre principalmente a população, escorregando nas cascas desse e de outros deslizamentos da Casa. Derrapadas que em nada condizem com o vocábulo 'Justiça'. Para nós, servidores excluídos do TJMG, esta banana simboliza o desprezo do Poder Judiciário para com os nossos direitos. A fruta real, que ora entregamos, pelo menos alimenta o corpo. Já a 'banana' que o TJMG tem dado aos servidores só sustenta um sentimento de descrédito que, ao contrário de nutrir, enfraquece. E essa é uma debilidade que 'mata' a confiança desses profissionais em relação àquela que deveria ser a Casa da Justiça. Afinal, uma Justiça que não respeita os direitos de seus próprios servidores certamente não há de se preocupar com os da população. Não é mesmo? Pela imediata aprovação do Projeto de Lei nº 3.797/2009. Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - Serjusmig".

Sr. Presidente, fiz questão de ler este panfleto, que está sendo distribuído aos servidores do Legislativo e a todos os Deputados, para que este Deputado represente a voz e a esperança dos que tentam negociar. Infelizmente, há intransigência por parte do Presidente do Tribunal. Tenho ocupado esta tribuna, por reiteradas vezes, para dizer a ele que de nada adianta se enclausurar em seu gabinete, pensando que não pode ou não deve descer um degrau ou dois para conversar com os servidores. Hoje, Sr. Presidente, não há mais distância entre os chamados membros de Poderes e seus servidores. É preciso que ele, que assumiu o Tribunal há poucos meses, compreenda esse fato. Assim, fazemos encaminhamento para que o Presidente da Assembleia coloque o projeto em pauta. Todavia, acima de tudo, antes mesmo do apelo para que nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, coloque o projeto em pauta, solicitamos que o Presidente do Tribunal entre em contato com os sindicatos a fim de buscar o diálogo. Talvez exista algo no projeto com o que o Tribunal não concorde. O Presidente precisa sentar-se à mesa para conversar e negociar. O fato de buscar uma negociação, como Desembargador e Presidente da Corte de Minas Gerais, não significa reduzir sua situação como Presidente de um Poder. Pelo contrário, demonstrará que, mesmo no Poder Judiciário, em que as pessoas são tão distantes, é possível reunir-se para negociar com o servidor. Já foi dito aqui por outros parlamentares o que repito: não há como a justiça ser exercida sem a chamada "longa manus", ou seja, sem o servidor, que ajuda o Juiz e o Desembargador a fazer com que a justiça seja feita. Por isso, apelo, mais uma vez, ao Presidente do Tribunal a fim de que ouça seus servidores.

#### Correspondência

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

#### OFÍCIOS

Do Sr. Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.532/2010, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (312), informando a liberação de recursos para as entidades a seguir citadas.

COMUNICADO Nº	ENTIDADE
16612 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL MOYSES KALIL
16613 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM SEBASTIÃO GUILHERME DE OLIVEIRA
16614 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO CAMPOS
16615 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM GOV. ISRAEL PINHEIRO
16616 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA ALVES TEIXEIRA
16617 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL WLADIMIR DE PAULA GOMES
16618 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DORA TOMICH LAENDER
16619 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ALICE NACIF

16620 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR MELLO CANÇADO
16621 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL GRACY VIANNA LAGE
16622 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SENADOR LEVINDO COELHO
16623 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL HELENA ANTIPOFF
16624 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE HENRIQUE BRANDÃO
16625 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIA FERREIRA
16626 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL JARDIM FELICIDADE
16627 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL GEORGE RICARDO SALUM
16628 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. PREFEITO AMINTHAS DE BARROS
16629 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL HONORINA RABELLO
16630 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR DOMICIANO VIEIRA
16631 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. MARLENE DA COSTA VIEIRA AGUIAR
16632 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM CÔNEGO JOSÉ HIGINO DE FREITAS
16633 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTÔNIO BREGALDA
16634 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALA DE FIGUEIREDO PINTO
16635 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM PROMORAR
16636 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM MONTEIRO LOBATO
16637 / 2010	CAIXA ESCOLAR ARTUR BERNARDES
16638 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA ARGENTINA VIANNA CASTELO BRANCO
16639 / 2010	CAIXA ESCOLAR EVERSON MAGALHÃES LAGE
16640 / 2010	CAIXA ESCOLAR VILMA DE FARIA SILVA
16641 / 2010	CAIXA ESCOLAR ZÉLIA DUARTE PASSOS
16642 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALTINA OLÍVIA GONÇALVES
16643 / 2010	CAIXA ESCOLAR MÁRCIO ANDRADE GUERRA
16644 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO AMPARO DAMASCENO
16645 / 2010	CAIXA ESCOLAR EVALDO FONTES

16646 / 2010	CAIXA ESCOLAR GAME
16647 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. CHIRLENE CRISTINA PEREIRA
16648 / 2010	CAIXA ESCOLAR HENRIQUE FREITAS BADARÓ
16649 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO REIS DE SOUZA
16650 / 2010	CAIXA ESCOLAR IRENE CARMO DE SOUZA ROCHA
16651 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL QUEIROZES
16652 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA ISABEL COUTINHO GALVÃO
16653 / 2010	CAIXA ESCOLAR MONSENHOR GERALDO MENDES VASCONCELOS
16654 / 2010	ESCOLA MUNICIPAL MARIA RIBEIRO TAVARES
16655 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL MESTRE PARANHOS
16656 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL AGENOR ALVES DE CARVALHO
16657 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOÃO CAMILO O. TORRES
16658 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO
16659 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ISRAEL PINHEIRO
16660 / 2010	CAIXA ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL DE JOÃO MONLEVADE
16661 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTANA
16662 / 2010	CAIXA ESCOLAR PREFEITO JOSÉ BUENO DE ALMEIDA
16663 / 2010	CAIXA ESCOLAR PRIMITIVA DIAS QUEIROZ
16664 / 2010	CAIXA ESCOLAR AYMAR WESTIN NOBRE
16665 / 2010	CAIXA ESCOLAR PRESIDENTE TANCREDO NEVES
16666 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTÔNIA CÂNDIDA GUIMARÃES
16667 / 2010	CAIXA ESCOLAR GENNY GONÇALVES RAIMUNDO
16668 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DA CONCEIÇÃO DE ABREU SILVA
16669 / 2010	CAIXA ESCOLAR ELZA MAIA FERNANDES
16670 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA ASSUNÇÃO DE MARCO
16671 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA
16672 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM CIAC LUCAS MONTEIRO MACHADO

16673 / 2010	CAIXA ESCOLAR ZECA AMORIM
16674 / 2010	CAIXA ESCOLAR ÂNGELO PERILO
16675 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIÂNGELA CALIL
16676 / 2010	CAIXA ESCOLAR IRMÃO GONÇALVES XAVIER
16677 / 2010	CAIXA ESCOLAR N. SENHORA DE FÁTIMA
16678 / 2010	CAIXA ESCOLAR OSCALINA MARTINS
16679 / 2010	CAIXA ESCOLAR OSCAR JOÃO KRETLI
16680 / 2010	CAIXA ESCOLAR JORGE BATISTA CORREA
16681 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL HUGO WERNECK
16682 / 2010	CAIXA ESCOLAR EM UNIÃO COMUNITÁRIA
16683 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DA SILVA BRITO
16684 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EE DR. MANOEL ESTEVES OTONI
16685 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSOR RENATO ELOY DE ANDRADE
16686 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DA ANUNCIAÇÃO TEIXEIRA FURIATTI
16687 / 2010	CAIXA ESCOLAR EFIGÊNIO MOTA
16688 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. ARMINDA LOPES RIBEIRO
16689 / 2010	CAIXA ESCOLAR PAULO FREIRE
16690 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. DANIEL ALVARENGA
16691 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. ADALGISA NOGUEIRA ACAYABA
16692 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANÁLIA REIS
16693 / 2010	CAIXA PROFESSORA ROSÂNGELA DE FATIMA S. STECCA
16694 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALMERINDA CHAVES DE FIGUEIREDO
16695 / 2010	CAIXA ESCOLAR OSWALDO DE PAIVA PINTO
16696 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUN EDGARD PAIVA AGUIAR
16697 / 2010	CAIXA ESCOLAR TEREZINHA NÍVIA DE OLIVEIRA LOPES
16698 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL VILA FAZENDINHA
16699 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTO ANTÔNIO

16700 / 2010	CAIXA ESCOLAR EM RUI BARBOSA
16701 / 2010	CAIXA ESCOLAR EM GETÚLIO VARGAS
16702 / 2010	CAIXA ESCOLAR EM LÚCIO BITENCOURT
16703 / 2010	CAIXA ESCOLAR CENTRO MUN. DE EDUC. INFANTIL TIA MARIA OLÍVIA
16704 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO CARLOS BORROMEU
16705 / 2010	CAIXA ESCOLAR CEMEI MARIA BELARMINA
16706 / 2010	CAIXA ESCOLAR CENTRO MUN. DE EDUC. INFANTIL DONA CLARA LUCIANO
16707 / 2010	CAIXA ESCOLAR CENTRO MUN. DE EDUC. INFANTIL MADINHA NONOIA
16708 / 2010	CAIXA ESCOLAR CENTRO MUN. DE EDUC. INFANTIL DONA RISOLETA NEVES
16709 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA NOGUEIRA REIS
16710 / 2010	CAIXA ESCOLAR SYLVIA THEREZA DE REZENDE CARVALHO
16711 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALVARINA MENDES FROTA
16712 / 2010	CAIXA ESCOLAR EMILIO MAFIA
16713 / 2010	CAIXA ESCOLAR BRASILINO RODRIGUES DE SOUZA
16714 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA ALICE DE MATOS MACHADO
16715 / 2010	UNIDADE EXECUTORA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MANOEL DA COSTA
19040 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL MANOEL SATURNINO DE CARVALHO
19041 / 2010	ESCOLA MUNICIPAL SIMEÃO LOPES
19042 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
19043 / 2010	CAIXA ESCOLAR EUNICE PEREIRA DE RESENDE
19044 / 2010	CAIXA ESCOLAR ADELINA MESQUITA JANUZZI
19045 / 2010	CAIXA ESCOLAR BELIZÁRIO FERREIRA CAMINHAS
19046 / 2010	CAIXA ESCOLAR LIDIMANHA AUGUSTA MAIA
19047 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSIAS JOSÉ DE ARAÚJO
19048 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA YOLANDINA DE MELO SILVA

19049 / 2010	CAIXA ESCOLAR CLARICE GOMES MACHADO
19050 / 2010	CAIXA ESCOLAR NOSSA SENHORA DAS DORES
19051 / 2010	CAIXA ESCOLAR CARMELA CARUSO ALUOTTO
19052 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DUTRA DE AGUIAR
19053 / 2010	CAIXA ESCOLAR YOLANDA AMORIM DE CARVALHO
19054 / 2010	CAIXA ESCOLAR BOA VISTA
19055 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSÉ BONIFÁCIO GONÇALVES
19056 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTO ANTÔNIO
19057 / 2010	CAIXA ESCOLAR LAURA ANDRADE
19058 / 2010	CAIXA ESCOLAR DORVINA TEIXEIRA ARANTES
19059 / 2010	CAIXA ESCOLAR VERA LÚCIA PARAÍSO
19060 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. JULIETA RIBEIRO DA FONSECA
19061 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALAÍDE FIGUEIREDO PINTO
19062 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. SAID ALBENY
19063 / 2010	CAIXA ESCOLAR NICANOR ATAÍDE
19064 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. RAIMUNDA COURA DE BARCELLOS
19065 / 2010	CAIXA ESCOLAR ARGEU BRANDÃO
19066 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. JOAQUIM DE ÁVILA NETO
19067 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESC. MUN. VEREADOR PAULO FRANKLIN
19068 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL JOSÉ PINTO DOS SANTOS
19069 / 2010	APM DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO AVELINO DA FONSECA
19070 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL OTÁVIO CUPERTINO DOS REIS
19071 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO LOJOR RIBEIRO
19072 / 2010	CAIXA ESCOLAR VALDEMAR ALVES DE SOUZA
19073 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL PAULO FREIRE
19074 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSÉ RIBEIRO SANTOS
19075 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL AMÉLIA FRANCO
19076 / 2010	CAIXA ESCOLAR JUSCELINO RODRIGUES

19077 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO JOSÉ
19078 / 2010	CAIXA ESCOLAR DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
19079 / 2010	CAIXA ESCOLAR CHAPADINHA
19080 / 2010	CAIXA ESCOLAR BOM JESUS DO GALEGO
19081 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTÔNIO HERMENEGILDO PAIVA
19082 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA BRAIZINA REZENDE RIBEIRO
19083 / 2010	CAIXA ESCOLAR DONA BIZU
19084 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA SOLANO MENEZES DINIZ
19085 / 2010	CAIXA ESCOLAR NILZA DE LIMA SALES
19086 / 2010	CAIXA ESCOLAR LEON RENAULT
19087 / 2010	CAIXA ESCOLAR LUCAS MARCIANO DA SILVA
19088 / 2010	CAIXA ESCOLAR DE CARAMURU
19089 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSOR ALCIDES SAMPAIO
19090 / 2010	CAIXA ESCOLAR JAIR DE FARIA PEREIRA
19091 / 2010	CAIXA ESCOLAR ISAAC AUGUSTO FERREIRA
19092 / 2010	CAIXA ESCOLAR CÔNEGO ULISSES
19093 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA ANA GOMES RIBEIRO
19094 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA GILDA BAIME
19095 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOAQUIM DOMINGOS DA SILVA
19096 / 2010	CAIXA ESCOLAR QUINZE DE JUNHO
19097 / 2010	CAIXA ESCOLAR MONTEIRO LOBATO
19098 / 2010	CAIXA ESCOLAR BEZERRA DE MENEZES
19099 / 2010	CAIXA ESCOLAR JARDIM AMÉRICA
19100 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANA MARIA DE LIMA QUEIROZ
19101 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO CRISTÓVÃO
19102 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSOR OSVALDO FRANCO
19103 / 2010	CAIXA ESCOLAR MANOEL DE SALES BARBOSA



19104 / 2010	CAIXA ESCOLAR VILA RECREIO-CEVIR
19105 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANDRA CRISTINA DIAS
19106 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL ARTHUR TRINDADE
19107 / 2010	APM DA ESCOLA MUNICIPAL ARCHIDAMIRO PARREIRA DE SOUZA
19108 / 2010	CAIXA ESCOLAR LUIS MALVEIRA DA FONSECA
19109 / 2010	CAIXA ESCOLAR DO POVOADO DOS DIAS
19110 / 2010	CAIXA ESCOLAR ELZA MAIA FERNANDES
19111 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO DA SILVA LOPES
19112 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTONIO HONORIO DA SILVA
19113 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSÉ NOGUEIRA DUARTE
19114 / 2010	CAIXA ESCOLAR FERNÃO DIAS
19115 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL DA VILA DE PORTO AGRÁRIO
19116 / 2010	CAIXA ESCOLAR SEBASTIANA DINIZ MATTOS CARDOSO
19117 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSEPHINA BENTO
19118 / 2010	CAIXA ESCOLAR SUELI FERNANDES FERREIRA
19119 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANASTACIO FRANCO DO AMARAL
19120 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALICE PINHEIRO DE ARAÚJO
19121 / 2010	CAIXA ESCOLAR FRANCISCO SALES BARBOSA
19122 / 2010	CAIXA ESCOLAR FAUSTO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
19123 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA MOURICI GRANIERI
19124 / 2010	CAIXA ESCOLAR EMERSON ANTONIO DA SILVA
19125 / 2010	CAIXA ESCOLAR RENATA CAMILO CHAVES
19126 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARCOS DE SOUZA FRANCA
19127 / 2010	CAIXA ESCOLAR DESEMBARGADOR SOUZA LIMA
19128 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARGARIDA SOARES GUIMARÃES
19129 / 2010	CAIXA ESCOLAR MAGNO LOURENÇO RAMOS
19130 / 2010	CAIXA ESCOLAR MENINOS DE AROEIRAS

19131 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO
19132 / 2010	CAIXA ESCOLAR EDUARDO LUCAS DE RESENDE
19133 / 2010	CAIXA ESCOLAR EDIR TEREZINHA DE ALMEIDA FAGUNDES
19134 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM CEL. CÂNDIDO DE SOUZA DIAS
19135 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA LEILA PERES FERNANDES PEDRO
19136 / 2010	CAIXA ESCOLAR DONA ALZIRA
19137 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA OLINDA VELOSO
19138 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA JACINTA CAMPOS
19139 / 2010	CAIXA ESCOLAR AILTON DE ASSIS CARVALHO
19140 / 2010	CAIXA ESCOLAR SR. JOSÉ ALVARENGA
19141 / 2010	CAIXA ESCOLAR CID VIEIRA
19142 / 2010	CAIXA ESCOLAR LIONS CLUB
19143 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO MARCOS
19144 / 2010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES OLINTO RAMALHO
19145 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOAQUIM VIANA
19146 / 2010	CAIXA ESCOLAR IRMA MARIA GEMA
19147 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. MARIA DAS MERCES COBUCCI
19148 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO CARLOS SALGADO
19149 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALLAN KARDEC
19150 / 2010	CONSELHO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE CASSIA
19151 / 2010	CAIXA ESCOLAR GALEGO DO NORTE
19152 / 2010	CAIXA ESCOLAR FAZENDA SANTO ANTONIO
19153 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTO ANTONIO
19154 / 2010	CAIXA ESCOLAR ILDEU GABRIEL DE RESENDE
19155 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM BERNARDO JOSÉ FRANCO
19156 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM QUIRINO DE MORAIS
19157 / 2010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES MINISTRO ODILON BRAGA

19158 / 2010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES FRANCISCO PEIXOTO
19159 / 2010	CAIXA ESCOLAR VANILDA SOARES FONSECA
19160 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTA TEREZINHA
19161 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUN BRASIL 2000
19162 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO JOÃO DA SERRA
19163 / 2010	UNIDADE EXECUTORA GERONIMO SOUZA GOMES
19164 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA DA CONCEIÇÃO ATAIDE
19165 / 2010	CAIXA ESCOLAR CORONEL RETTO JUNIOR
19166 / 2010	CAIXA ESCOLAR DR. MATEUS MONTEIRO DA SILVA
19167 / 2010	CAIXA ESCOLAR DR. HEITOR PEIXOTO TOLEDO
19168 / 2010	CAIXA ESCOLAR NATALINO FERREIRA COSTA
19169 / 2010	CAIXA ESCOLAR TRANQUILINO ROCHA
19170 / 2010	CAIXA ESCOLAR CORONEL JOAQUIM JOSÉ DE SOUSA
19171 / 2010	CAIXA ESCOLAR VIRGILINO MENDES SOBRINHO
19172 / 2010	APM DA ESC MUL FILHINHA GAMA
19173 / 2010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EM INACIA DE CARVALHO
19174 / 2010	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EM ODETE RODRIGUES FERREIRA
19175 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM PADRE SEBASTIÃO VIEIRA
19176 / 2010	APM DA EM MAURO JACINTO DE FREITAS
19177 / 2010	CAIXA ESCOLAR SALVADORA FERNANDES AMANTE
19178 / 2010	CAIXA ESCOLAR GRAMONT ALVES GONTIJO
19179 / 2010	CAIXA ESCOLAR FLORESTAN FERNANDES
19180 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSOR CANDIDO NEVES
19181 / 2010	CAIXA ESCOLAR LUIZ MOREIRA NETTO
19182 / 2010	CAIXA ESCOLAR DR. ERICO LEMOS LEITE
19183 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA STELA FLAVIO OLIVEIRA
19184 / 2010	CAIXA ESCOLAR AMELIA RUAS MAGALHÃES

19185 / 2010	CAIXA ESCOLAR GENERAL OSORIO
19186 / 2010	CAIXA ESCOLAR CEL. ADOLFO PEIXOTO DE MELLO
19187 / 2010	APM DA EM PROF. MARIA DE LOURDES P DOS SANTOS
19188 / 2010	CAIXA ESCOLAR AMERICO VELOSO
19189 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANÁLIA REIS
19190 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA ROSALINA BRANDÃO
19191 / 2010	APM DA EM DONA TEREZINHA DE JESUS VIANA CAMARGO
19192 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSÉ JUVENCIO PAULINO
19193 / 2010	CAIXA ESCOLAR LALA FERANDES
19194 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIO MARCOS CORDEIRO TUPYNAMBA
19195 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA ANTONIETA GOMES DE SOUZA
19196 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL FREI GERALDO DE REUVER
19197 / 2010	CAIXA ESCOLAR MERE MARIA D AQUINO
19198 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA FERREIRA MARINHO
19199 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CAIO VIANA MARTINS
19200 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTONIO BARBOSA NETO
19201 / 2010	CAIXA ESCOLAR GEFERSON VENTURA DE SOUZA
19202 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA ELENA DA CUNHA BRAZ
19203 / 2010	CAIXA ESCOLAR JANUARIO PEREIRA BARBOSA
19204 / 2010	CAIXA ESCOLAR MAURICIO SIQUEIRA TERRA
19205 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUN JOSÉ DA SILVA RAMOS
19206 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUN FRANCISCO ANT DE LORENA
19207 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. DONA ROSINHA
19208 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALMERINDA CHAVES DE FIGUEIREDO
19209 / 2010	CAIXA ESCOLAR OSWALDO DE PAIVA PINTO
19210 / 2010	CAIXA ESCOLAR SEBASTIÃO ROCHA
19211 / 2010	CAIXA ESCOLAR VIRGINIA LEOPOLDINA

19212 / 2010	CAIXA ESCOLAR PONTE NOVA
19213 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROFESSORA CARMELITA PIMENTA
19214 / 2010	CAIXA ESCOLAR SEBASTIÃO FERNANDES DE FIGUEIREDO
19215 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOÃO DA ROCHA QUEIROZ
19216 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA EM INHAZINHA DE RESENDE FRANCO
19217 / 2010	CAIXA ESCOLAR SÃO VICENTE
19218 / 2010	CAIXA ESCOLAR DJANIRA AMADOR
19219 / 2010	CAIXA ESCOLAR PLAUTIDES TORRES
19220 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA ROSA GOMES
19221 / 2010	CAIXA ESCOLAR NICÁCIO DA COSTA RIBEIRO
19222 / 2010	CAIXA ESCOLAR SIDNEY TEODORO
19223 / 2010	CAIXA ESCOLAR PE. VICENTE ASSUNÇÃO
19224 / 2010	EM DONA MANOELA MOREIRA
19225 / 2010	CAIXA ESCOLAR INÁCIO DE OLIVEIRA CAMPOS
19226 / 2010	CAIXA ESCOLAR RITA MARIA DA SILVA
19227 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. MARIA NILZA DOS SANTOS
19228 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOAQUIM BARBOSA PINTO
19229 / 2010	ESCOLA MUNICIPAL MARIA EMILIA GOMES CARVALHO
19230 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA PENHA LIMA
19231 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BATISTA DE MENDONÇA
19232 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL SENADOR ZÉ ALENCAR
19233 / 2010	CAIXA ESCOLAR JOSÉ VILAÇA GUIMARÃES
19234 / 2010	CAIXA ESCOLAR JORGE AFONSO DEFENSOR
19235 / 2010	CAIXA ESCOLAR ANTONIO TEREZA DOS SANTOS
19236 / 2010	CAIXA ESCOLAR SANTO ANTONIO
19237 / 2010	CAIXA ESCOLAR DE SÃO FELIPE
19238 / 2010	CAIXA ESCOLAR MARIA NOGUEIRA REIS

19239 / 2010	CAIXA ESCOLAR SYLVIA THEREZA DE REZENDE CARVALHO
19240 / 2010	CAIXA ESCOLAR PROF. MANOEL ARTHIDORO DE CASTRO
19241 / 2010	CAIXA ESCOLAR ALVARINA MENDES FROTA
19242 / 2010	ASS. PAIS E MESTRES EM LEILA MARIA LOPES FISCHER
19243 / 2010	UNIDADE EXECUTORA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO
19244 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS DORES
19245 / 2010	CAIXA ESCOLAR ERMELINDA GOMES CARNEIRO
19246 / 2010	CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE
19247 / 2010	CAIXA ESCOLAR MUNICIPAL ANITA DULCI
19248 / 2010	CAIXA ESCOLAR ESCOLA MUNICIPAL DOM LELIS LARA

(- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Sebastião Helvécio, Conselheiro do Tribunal de Contas, encaminhando cópia do parecer prévio dessa Corte sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Prados referente ao exercício de 2009, da qual foi relator, e dando ciência da nova sistemática que passou a adotar em seus pareceres com vistas a conferir maior qualidade ao suporte técnico oferecido ao Poder Legislativo para o julgamento das contas dos administradores. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Jomara Alves da Silva, Subsecretária de Obras Públicas, dando ciência dos convênios celebrados pela Secretaria de Transportes nos meses de maio, junho e julho de 2010. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Robson Lucas da Silva, Chefe de Gabinete do Secretário de Defesa Social, encaminhando informações relativas ao Requerimento nº 4.776/2009, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo em exercício do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a liberação de recursos para o governo do Estado, destinados à manutenção dos Serviços de Ação Continuada. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José João Reis, Chefe do Departamento de Administração Financeira da Embrapa, comunicando a liberação de recursos referentes a convênio com a Epamig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia de termo de cooperação técnica celebrado entre esse Ministério e a Universidade Federal de Viçosa. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da 2ª-Ten. PM Audiléia Maria da Silva, Responsável por Ações Preventivas no Ambiente Escolar da 1ª Região da PMMG, convidando para reunião em que serão abordados assuntos pertinentes à segurança pública nas escolas.

Da Sra. Márcia Salvador Géio, Diretora Operacional do Hospital Mater Dei, justificando sua ausência à cerimônia de entrega da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek e colocando-se à disposição para recebê-la em outra oportunidade.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.891/2010

Declara de utilidade pública a Associação Bela Vista Esporte Clube - BVEC -, com sede no Município de Piumhi.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Bela Vista Esporte Clube - BVEC -, com sede no Município de Piumhi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de setembro de 2010.

Fábio Avelar

Justificação: O projeto de lei em apreço visa declarar de utilidade pública a Associação Bela Vista Esporte Clube - BVEC -, com sede no Município de Piumhi.

Trata-se de uma entidade sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, e tem como finalidade propiciar práticas esportivas e culturais. No desenvolvimento de suas atividades não faz qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo regimento interno.

Considerando a missão e os objetivos da BVEC, submeto aos meus nobres pares este projeto de lei, pedindo sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.892/2010

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa Papagaiense, com sede no Município de Papagaios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa Papagaiense, com sede no Município de Papagaios.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de setembro de 2010.

Inácio Franco

Justificação: A Associação Recreativa Papagaiense, com sede no Município de Papagaios, tem a finalidade de promover a prática de atividades culturais, educacionais e esportivas, desenvolvendo assim diversas ações que contribuem muito para a integração social da comunidade.

Além disso, trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, apolítica e de ordem cultural, com personalidade jurídica distinta da de seus associados, cumprindo assim todos os requisitos legais para o pedido de utilidade pública.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 4.893/2010

Declara de utilidade pública a Colônia de Pescadores Artesanais Z-13, com sede no Município de Almenara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Colônia de Pescadores Z-13, com sede no Município de Almenara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de setembro de 2010.

Carlos Gomes

Justificação: A Colônia de Pescadores Z-13, de Almenara, é uma entidade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos e de caráter artesanal. Tem como objetivo a representação e a assistência da classe trabalhadora no ramo profissional da pesca artesanal e em atividades similares. A referida Colônia tem sede no Município de Almenara, e sua área de abrangência alcança o Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 6.629/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de providências para o asfaltamento de 38km de estrada de terra da BR-040 até o Município de Morada Nova de Minas. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.630/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Electra Maria de Almeida Benevides, Desembargadora, pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário mineiro.

Nº 6.631/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luciano Pinto, Desembargador, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.632/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Eduardo Mariné da Cunha, Desembargador, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.633/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Guimarães Rodrigues, Desembargador, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.634/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Anchieta da Silva pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.635/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a PUC Minas por ter sido reconhecida como a maior universidade católica do mundo. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.636/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de informações acerca das explorações minerais realizadas no Município de Congonhas pela Companhia Siderúrgica Nacional, pela Companhia de Fomento Mineral e Participações e pela Companhia Vale do Rio Doce, especialmente no que concerne à poluição atmosférica provocada pelo transporte de minério. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.637/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a intensificação das ações do Programa SOS Trânsito nas estradas de rodagem estaduais. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.638/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho de Política Ambiental - Copam - pedido de providências para a reavaliação das medidas mitigadoras impostas aos empreendimentos de exploração mineral no Município de Congonhas, tendo em vista os impactos ambientais relatados na matéria "Pó de minério martiriza congonhenses", veiculada no jornal "Hoje em Dia", em 10/9/2010. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.639/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Educação pedido de providências com vista ao reajuste, no percentual de 38,7%, da bolsa concedida aos médicos residentes e à análise das demais demandas da categoria. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.640/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jair Eduardo Santana pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.641/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria das Graças Silva Albergaria dos Santos Costa, Desembargadora, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.642/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Elza de Campos Zettel, Desembargadora, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek.

Nº 6.643/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo César Dias, Desembargador, pelo recebimento da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. (- Distribuídos à Comissão de Administração Pública.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado João Leite e outros.

### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão do Trabalho e dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Elmiro Nascimento.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de crianças que participam do projeto Educação para a Cidadania, em visita a esta Casa, da Escola Municipal Professor Amintas de Barros, Bairro Havaí.

### Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlin Moura, Weliton Prado e Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão



abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão do Trabalho - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 8/9/2010, dos Projetos de Lei nºs 3.837/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi, 4.060/2009 com a Emenda nº 1, do Deputado Arlen Santiago, 4.354/2010 na forma do Substitutivo nº 1, da Deputada Rosângela Reis, 4.548/2010, do Deputado Célio Moreira, 4.568/2010, do Deputado Wander Borges, 4.677/2010, do Deputado Zezé Perrella, 4.693/2010, do Deputado Juninho Araújo, 4.714/2010, do Deputado Eros Biondini, 4.727/2010, do Deputado Leonardo Moreira, 4.733/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Délio Malheiros, 4.734/2010, do Deputado Célio Moreira, 4.743/2010, do Deputado Durval Ângelo, 4.744/2010, do Deputado Ademir Lucas, 4.746/2010, do Deputado Tenente Lúcio, 4.754 e 4.755/2010, do Deputado Eros Biondini, 4.757/2010, do Deputado Ademir Lucas, 4.759/2010, do Deputado Tenente Lúcio, e 4.762 e 4.764/2010, do Deputado Padre João, e dos Requerimentos nºs 6.570 e 6.580/2010, do Deputado Wander Borges, 6.592/2010, da Comissão de Direitos Humanos, e 6.601 e 6.602/2010, do Deputado Wander Borges (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado João Leite e outros, solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Buffet Célia Soutto Mayor pelos 40 anos de sua criação. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 15, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: ( - A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 34ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/9/2010

#### Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras da Sra. Presidente - Entrega de placa - Palavras do Sr. Gustavo Cortes - Apresentação artística - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Délio Malheiros - Gláucia Brandão - Leonardo Moreira.

#### Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

#### Atas

- O Deputado Leonardo Moreira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo Sarandeiros pelos 30 anos de sua fundação.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos para tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Gustavo Cortes, Diretor-Geral do Grupo Sarandeiros; e as Exmas. Sras. Vera Soares, professora de dança da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - e fundadora do Grupo Sarandeiros; e Marilene Lima de Moraes, professora de dança da UFMG e fundadora do Grupo Sarandeiros.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo cantor lírico João di Souza, acompanhado pelo pianista Robério Molinari.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, a Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Palavras da Sra. Presidente

É com muita alegria e muita honra que estamos aqui, nesta noite, recebendo todos vocês para celebrarmos e parabenizarmos o Grupo Sarandeiros pelos seus 30 anos de fundação.

Quero cumprimentar o Gustavo Cortes, meu aluno e hoje Diretor do Grupo Sarandeiros; a Vera Soares, minha professora de dança da UFMG e fundadora do Grupo Sarandeiros; a Marilene Lima de Moraes, professora de dança, minha colega de turma na UFMG e fundadora do Grupo Sarandeiros; além de todos os presentes.

Antes de começar, quero agradecer a presença de todos os que atenderam ao convite da Assembleia Legislativa para assistirem a esta reunião especial em homenagem aos 30 anos do Grupo Folclórico Sarandeiros.

O Grupo foi fundado em 1980 pelas professoras aqui presentes, Marilene Lima e Vera Soares, como parte dos cursos de extensão da Escola de Educação Física da UFMG. Nosso homenageado logo adquiriu personalidade própria. A partir de 1997, o grupo passou a ser dirigido pelo coreógrafo Gustavo Cortes e abriu-se à participação de novas pessoas, como bailarinos de outras companhias, ampliando sua atuação no cenário cultural e tornando-se referência nas artes cênicas do Estado. No entanto, não seria abandonada a proposta inicial e seus integrantes continuaram sua ação pedagógica no projeto educacional Escola de Dança e Ritmo, em parceria com a UFMG. Nesse projeto são resgatadas e difundidas, entre mais de 500 alunos de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte, a riqueza e a diversidade da cultura popular brasileira, por meio da dança e da música. Não poderia deixar de citar ainda o projeto Dança para a Maioridade, realizado com pessoas idosas.

Consciente de seu papel de instituição de ensino superior de excelência, a UFMG abre-se para a sociedade à sua volta e com ela dialoga sem perder de vista seu papel de construtora de conhecimento e de pensamento crítico. A atividade de extensão universitária desempenhada em parceria com o Grupo Sarandeiros busca a valorização de nossas raízes culturais, que se tornam objeto de pesquisa e de produção de conhecimento científico. Dessa forma, os trabalhos de campo sobre cultura popular brasileira, realizados com o apoio da universidade, imprimem o aval acadêmico aos projetos educacionais do Grupo.

Em permanente processo de aprimoramento e de desenvolvimento, o Sarandeiros, após se tornar referência no Brasil, tornou-se também internacionalmente reconhecido. No ano de 2000, foi lançado o seu primeiro CD, denominado "Sarandeiros Dançam no Brasil", que se tornou referência para as artes cênicas brasileiras. Presente em vários festivais nacionais e internacionais, o Grupo apresentou-se em países como Bélgica, Holanda, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e muitos outros, sempre recebendo os melhores elogios e importantes premiações. Essa presença na comunidade internacional reflete um dos principais dilemas da pós-modernidade, que é o paradoxo que se manifesta entre a globalização da cultura e a preservação das identidades regionais e locais. Esse fenômeno tem sido objeto de importantes estudos sociológicos e antropológicos.

A globalização impôs um novo modelo de relações culturais, pelo qual as culturas regionais são influenciadas pelo padrão global de cultura de massa e os padrões de comportamento são afetados pelo afrouxamento das fronteiras culturais. Para que as culturas locais não desapareçam, com o risco de se perder também a identidade do correspondente grupo social, é necessário que se fortaleçam o conhecimento e a divulgação das tradições e dos regionalismos. A valorização das culturas locais torna os indivíduos e as comunidades mais conscientes de si, e o grupo social, que partilha os mesmos valores, continua a se reconhecer como culturalmente diferenciado, ainda que sujeito a absorver conteúdos, comportamentos e valores impostos pela cultura globalizada.

Esta tem sido a grande contribuição política e social do Sarandeiros: são 30 anos de ação educativa, resgatando e preservando a nossa identidade como povo; são 30 anos promovendo a integração social e cultural da nossa sociedade; são 30 anos levando a todos os rincões do País o reconhecimento de suas raízes e, ao mundo, a singularidade e a riqueza da cultura popular brasileira.

Por tudo isso, o Grupo Folclórico Sarandeiros é merecedor do nosso reconhecimento e da homenagem que neste momento lhe prestamos. Fazemos votos de que os próximos 30 anos sejam tão ricos e proveitosos quanto foram os 30 anos que passaram e de que a atual equipe, liderada pelo Gustavo Cortes, e as que, no futuro, a sucederem continuem a promover e a divulgar pelo mundo afora os valores culturais da nossa gente. Muito obrigada.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, a Deputada Gláucia Brandão, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Gustavo Cortes, Diretor-Geral do Grupo Sarandeiros, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "O Grupo Sarandeiros, criado em 1980, espelha a integração que existe entre as artes cênicas e a sociedade, revelando que a cultura de um povo é o veículo de manifestação de seus pensamentos e de suas relações. Por meio da sua excepcional arte e das suas importantes ações sociais, o Sarandeiros tornou-se um dos principais projetos relacionados às raízes populares brasileiras, com reconhecimento mundial. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta homenagem ao Grupo Sarandeiros pelos 30 anos de sua fundação e pela sua inegável contribuição à cultura mineira e à brasileira".

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Gustavo Cortes

Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Sra. Marilene Lima de Moraes, minha amiga, professora de dança da UFMG e fundadora do Grupo Sarandeiros; Sra. Vera Soares, minha amiga, professora de dança da UFMG e fundadora do Grupo Sarandeiros; demais pessoas presentes; senhoras e senhores; integrantes do Grupo Sarandeiros, boa noite.

Seria impossível não começar falando sobre a trajetória do Sarandeiros, especialmente sobre a trajetória das pessoas que realizaram este trabalho quase voluntário em prol da cultura brasileira. Dessa maneira, fiz uma análise da nossa trilha, do rumo que o grupo tomou nesses 30 anos. Busquei inspiração no próprio trabalho para realizar este discurso de agradecimento a tantas pessoas. Primeiro quero agradecer a Deus, que me colocou nesse caminho e me deu inspiração e força para administrar e organizar esse trabalho, nos últimos 13 anos. Agradeço à minha mãe, à minha família e a todas as pessoas que me acompanham neste trabalho, sempre de forma tão abnegada. O trabalho do Sarandeiros sempre me passou uma impressão de irmandade na qual, imbuídos por um propósito, sempre conseguimos realizar nossos trabalhos, nossas viagens, nossos sonhos.

O Grupo Folclórico Sarandeiros foi fundado em 1980 pelas minhas mestras Marilene Lima e Vera Soares e fazia parte dos cursos de extensão oferecidos aos alunos da Escola de Educação Física da UFMG. Tive a honra de ser um desses alunos e de trabalhar com as professoras nesse período e, em 1986, elas me inspiraram e me apresentaram à rica cultura popular. Não nasci no meio da cultura popular; fui apresentado a ela na universidade e me encantei. Lembro-me do Chico Lobo falando isso. Foi por meio delas que encontrei o meu caminho e agradeço sempre às duas professoras por ter tido a oportunidade de trabalhar com elas. As minhas mestras, meu muito obrigado. Em 1997, assumi a direção do Grupo em parceria com minha amiga Angela Liparini, que não pôde estar presente, e com um Grupo de alunos, do qual Gilce Félix; aqui presente, faz parte, e iniciamos um novo trabalho com o Grupo Sarandeiros, como era denominado à época. Ampliamos o acesso ao Grupo, permitindo a entrada de bailarinos de outras companhias e de pessoas da comunidade, desvinculando-o de um projeto apenas da Escola de Educação Física e transformando-o num trabalho desenvolvido dentro da Universidade Federal, apoiado pela Pró-reitoria de extensão. Minha vida acadêmica se confunde com minha vida na extensão universitária, pois há 13 anos sou coordenador desse projeto e do projeto Escola de Dança e Ritmo Sarandeiros. Hoje temos mais de 500 pessoas envolvidas, entre escolas públicas, particulares, alunos e professores da

comunidade, tendo como atividade didática o reconhecimento de manifestações populares existentes no rico folclore brasileiro. Esse projeto de extensão, realizado na UFMG, tem o objetivo maior de valorizar, difundir e pesquisar as raízes culturais brasileiras por meio da dança e da música.

Em 1998, por problemas de registro, o Grupo passou a se chamar Grupo de Projeção Folclórica Sarandeiros. Em 2000, lançou o seu primeiro trabalho, "Sarandeiros dançam o Brasil", que teve a coordenação-geral do meu amigo Tatá Sympa, João di Souza e cujas primeiras edições já se esgotaram. Trabalho de referência nas artes cênicas brasileiras, especializado na cultura popular brasileira, o Grupo Sarandeiros já realizou apresentações por todo o Brasil e por vários países, com qualidade destacada em diversos meios de comunicação. Gostaria de relembrar os trabalhos apresentados pelo Grupo. O primeiro foi "Aquarela brasileira", lançado em 1998, e apresentava danças tradicionais das cinco regiões brasileiras. Aliás, a primeira apresentação desse espetáculo foi realizada aqui, no teatro da Assembleia. Estreamos junto com vários cursos de extensão, à época, como Dança de Salão, Dança para a Maior Idade, e uma pequena parte consistia no trabalho com o grupo folclórico. "O profano e o sagrado" foi o primeiro grande espetáculo do Grupo, já em 1998, no qual danças sacras e pagãs eram apresentadas ao público de forma original e inovadora com a parceria do Tatá, do Chico Lobo e de uma banda realmente sensacional. Esse espetáculo foi o grande sucesso da campanha de popularização, em 1999, e levou o maior público de dança ao Palácio das Artes na época. Recebeu o prêmio Sesc-Sated de melhor figurino em dança, em parceria com minha amiga Telma Rodrigues, minha parceira há 12 anos à frente dos trabalhos de figurinos do grupo.

O Grupo foi finalista nas indicações de melhor coreógrafo e melhor performance em dança com "O profano e o sagrado". Isso foi uma grande inovação porque, até então, nunca nenhum grupo que se inspirava em danças de cultura popular tinha sido finalista em qualquer um dos prêmios de dança no Estado. Em 2001, o Sarandeiros estreou o "Memórias de meio milênio", na XXVII Campanha de Popularização do Teatro e da Dança em Belo Horizonte, ocasião em que apresentava as influências das diversas etnias na miscigenada cultura brasileira. O espetáculo reverenciava os 500 anos de nascimento do povo brasileiro. Ao celebrar a beleza de seus temas melódicos e o esplendor de seus ritmos, o Grupo passeava pelas memórias do povo. Também recebeu quatro indicações de melhor espetáculo do ano. Em 2003, dentro da programação da Campanha de Popularização do Teatro e da Dança, foi apresentado o novo espetáculo "Dança, Brasil", inspirado nas festas e folguedos nacionais. Este "Show" foi indicado a diversos prêmios de melhor espetáculo do ano e recebeu a premiação Sated-Bonsucesso como melhor trilha sonora de 2003, composta pelo talentosíssimo Tatá Sympa, e como melhor figurino, com o trabalho de Telma Rodrigues.

Em 2005, o Sarandeiros estreou o "Gerais de Minas", que marcou as comemorações de 25 anos de fundação do grupo. Neste "show", o grupo investiu em suas raízes, traduzindo artisticamente uma pesquisa histórico-cultural sobre a formação da essência do povo mineiro, apresentando um panorama no qual catiras, congados, batuques, folias, personagens e manifestações típicas do Estado expõem parte significativa daquilo que consideramos a alma cultural do povo das gerais. "Gerais", particularmente para mim, foi um "show" que marcou a importância do grupo, a importância que o grupo sentia de buscar nas suas raízes a alma do povo das Alterosas expressa nas músicas e nas festas. Para esse "show", contamos com a inestimável colaboração de Celina Camilo e de sua filha Mariana Camilo, Diretora de Pesquisa do Grupo, que contribuíram com a dramaturgia do "show".

A partir de 2007, o Grupo passou a ter aulas de dança contemporânea com o bailarino Christiano Reis, buscando uma nova linguagem para a elaboração dos seus "shows". O Grupo surpreendeu com a leitura do espetáculo "Quebranto", última montagem da companhia. Com um enredo magistral sobre a vida dos deuses de origem africana, traçou um percurso das influências desses seres mitológicos na vida atual das pessoas.

Dessa forma, o Sarandeiros buscou valorizar a cultura africana que se desenvolveu com grande importância no País, mas ainda tem tido pouco destaque acadêmico e nas artes em geral. Por meio de uma trilha sonora original, composta exclusivamente para o espetáculo por Tatá Sympa e Matu, figurinos de Telma, cenografia de Vanessa Alves, iluminação de Joana D'arc e Henrique e um elenco de 25 bailarinos, o Sarandeiros surpreendeu com uma nova linguagem corporal que unia a dança contemporânea com a cultura folk-afro do Brasil, em um resultado inovador. Foi também finalista em várias premiações em 2009.

Além da elaboração de todos esses "shows" nos últimos 12 anos, desde 1999, o Grupo realiza a Semana do Folclore, no mês de agosto, apresentando espetáculos de dança inspirados no folclore nacional especificamente para escolas, realizando o que poderíamos chamar de formação de plateia. Através deste trabalho, o Sarandeiros já publicou também quatro cartilhas folclóricas que instrumentalizaram professores em trabalhos folclóricos e pedagógicos que abordam aspectos da cultura popular em suas escolas.

Um desses trabalhos tem sido realizado no Colégio Santo Agostinho, há nove anos, e hoje mais de 100 alunos participam das apresentações do Grupo. Internacionalmente reconhecido, o Sarandeiros já realizou 13 turnês internacionais por vários países já citados pela Deputada. Neste ano representará o Brasil, no México. Foram mais de 30 festivais internacionais representando o Brasil, com diversas premiações e muitos elogios ao trabalho de pesquisa e de valorização de um país pouco conhecido. No Brasil, o Grupo já se apresentou nos principais festivais do País, como Laranjeiras, Montes Claros, Blumenau, Olímpia, Bento Gonçalves, Passo de Arte de Indaiatuba. Organizou o I Festival Nacional de Danças Populares em Belo Horizonte, em 2003, e teve participação nos festivais de Passo Fundo, Curitiba e Joinville através do seu diretor.

As danças apresentadas pelo Grupo Sarandeiros são respaldadas por um grande trabalho de pesquisa e divulgação das artes populares brasileiras. O apoio da UFMG dá uma conotação científica a esse trabalho e às pesquisas de campo, coreográficas e musicais, o que faz do Sarandeiros um dos principais projetos de grupos brasileiros preocupados com a elaboração de projetos educacionais e pesquisas acadêmicas relacionadas à cultura popular brasileira. Dentre os projetos, destacam-se os trabalhos no Coltec, com adolescentes, realizados há 11 anos, e o projeto Dança para a Maioridade, com mais de 50 idosos realizando danças e trabalhos artísticos inspirados no folclore brasileiro.

O Sarandeiros mantém trabalhos em 10 escolas de Belo Horizonte, com a formação de grupos inspirados na cultura nacional. Faz uma parceria cultural com o Colégio Santo Agostinho há nove anos, com a criação do Sarandeiros mirim, infantil e juvenil. Em 2009, no Passo de Arte, em Indaiatuba, o Grupo recebeu cinco premiações, sendo considerado o melhor grupo do festival e sendo o mais premiado. O Grupo também realiza trabalhos coreográficos junto ao projeto Criança Esperança, desde 2006; na Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville, desde 2002; e junto a projetos da V&M, na região do Barreiro, desde 2009.

No ano passado, o Grupo refez sua estrutura organizacional, que conta atualmente com a direção artística de Petrônio Alves, jovem talento como bailarino e promissor coreógrafo, imprescindível hoje nos trabalhos de coordenação coreográfica do Grupo. Além da direção de Angela Liparini e Gilce Félix, na administração e no financeiro, o Grupo conta com a produção de Cindra Gomes, por meio da Casa de Cultura Estrela, com o trabalho de preparação corporal de Diego Marcossi e com a coordenação de ensaios da bailarina Nádia Bueno. Essa estrutura tem feito trabalhos conjuntos com muita maturidade e sucesso.

Além das pessoas citadas, afirmo que as pessoas aqui presentes - cada um de vocês - fazem esse Grupo subir no palco; fazem dele um grupo de sucesso, de alegrias, de arte e de beleza, que encanta a todos; enfim, fazem do Grupo uma grande família, como todos gostam de dizer, um grupo que nos emociona, seja quando entra no palco cantando "Odoyá", para Yemanjá, seja quando canta "Está caindo fulô para Nossa Senhora do Rosário". O trabalho do Sarandeiros é assim: feito com arte - e a arte está acima de valores pessoais, sublima a razão e transforma sonho em realidade ou realidade em sonho.

O Sarandeiros transformou a minha realidade. Por mais que eu tenha sonhado ter um grupo como esse, jamais teria conseguido sem a ajuda de todos vocês. Hoje eu sei que, se o Sarandeiros existe ainda e se mantém firme nos seus propósitos de divulgar a cultura brasileira, isso acontece porque todos os caminhos levam a Deus. Por meio da força divina - e sempre agradecemos -, conseguimos nos sustentar até hoje,

com todas as dificuldades que sabemos serem reais nos trabalhos de grupos culturais. Somente conseguimos nos sustentar por causa dos aplausos, uma vez que, ao recebê-los, chamamos a atenção dos anjos que nos abençoam e nos lançam sua divina graça de emocionar. E é assim que me sinto agora: emocionado diante de vocês, que tanto fizeram e fazem pelo Grupo. Sinto-me lisonjeado por representar cada um de vocês, que merecem todo esse sucesso; por dividir com tantos essa homenagem que jamais seria de uma pessoa só. E, para todos nós, responsáveis, peço uma salva de palmas. Obrigado.

#### Apresentação Artística

O locutor - Convidamos os presentes para assistir à apresentação artística dos integrantes do Grupo Sarandeiros, que apresentará "Dança Moçambique", com coreografia de Gustavo Cortes.

- Procede-se à apresentação artística.

O Sr. Gustavo Cortes - Por favor, todos os bailarinos aqui para receber os aplausos. Esta comemoração é de vocês, é nossa. Obrigado, Rafael Leite, da percussão; Eduardo Jamaica; Cacá Cintra; Marina Machado; Gilce Félix; Diego Tavares; Taiala Motta; Tiago Quirino; Petrônio Alves; Núbia; Ana Paula Paulino; Gustavo Machado; Everton; Paulo Nunes; Douglas; Ana Paula; Vagner; Nádia; Aline; Andréia; Carol; Marquinhos e todos os outros que aqui estão. Grupo Sarandeiros, obrigado.

O locutor - Com a palavra, a Deputada Gláucia Brandão, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho.

#### Palavras da Sra. Presidente

Estamos emocionados eu, a Marilene, a Verinha e o Gustavo de saber que uma semente lançada em 1980 frutificou e floresceu. É muito bom ter participado do início do Grupo. Ficamos felizes de ver o seu crescimento. Queremos parabenizar a todos os participantes, o cantor Tatá e o coreógrafo Gustavo e dizer da nossa alegria, como Presidente da Comissão de Cultura, de homenagear o Grupo Sarandeiros, referência na cultura de Minas e do Brasil. É com muita satisfação que estou aqui, representando o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, que, por motivos alheios a sua vontade, não pôde comparecer, mas deixou uma homenagem a vocês. Farei a leitura do seu pronunciamento. (- Lê:)

"Todos nós guardamos, na memória social e afetiva, lembranças de fatos, histórias e costumes que, na infância, na adolescência e na vida adulta, influenciaram nossa formação, tornando-nos membros de uma comunidade e de uma cultura, testemunhas e personagens de uma história comum.

Incorporamos valores, significados e conteúdos transmitidos pela convivência familiar e social, pelos casos contados nas rodas de amigos, pelas festas cívicas e religiosas, pelos ingredientes e sabores da culinária, pelos jogos e brincadeiras, pelas práticas de determinados ofícios, pelas manifestações artísticas. Grande parte dessas experiências, contudo, são repassadas apenas informalmente, de geração para geração, e correm o risco de se perderem ou se enfraquecerem diante da massificação cultural, da produção em larga escala, da padronização estética, do consumo induzido pelos meios de comunicação e de propagação.

Felizmente, existem pessoas que nos despertam para a importância da preservação e da valorização da cultura popular presente nas festas, nas danças, na música, na literatura, nos dialetos, nos casos, nos regionalismos, nos provérbios, no artesanato, nas lendas e superstições. O historiador, antropólogo e folclorista Luís da Câmara Cascudo foi uma dessas pessoas. Fascinava-o a riqueza cultural brasileira, fruto da convergência de várias raças e etnias, assim como o fato de a cultura popular preservar traços milenares, paralelamente a uma estreita sintonia com as influências contemporâneas. A partir de observações e vivências em seu Estado, Rio Grande do Norte, passou a desenvolver pesquisas sobre manifestações culturais existentes em todo o País, deixando uma vasta obra sobre o assunto e tornando-se a maior referência brasileira em estudos folclóricos.

Outro escritor e pesquisador que contribuiu de forma notável para a valorização da cultura brasileira foi o etnólogo, antropólogo e educador Darcy Ribeiro, que, ampliando o que apreendeu em sua infância e adolescência em Montes Claros, transformou-se em cidadão do Brasil e do mundo, na busca permanente da compreensão de nossa identidade. Defendeu ardorosamente as tradições, os costumes e os direitos de todos os grupos étnicos e raciais que contribuíram para a formação do povo brasileiro, mostrando-nos que devemos nos orgulhar do nosso patrimônio humano e da diversidade cultural resultante do processo de miscigenação.

Referimo-nos a esses dois personagens para ressaltar a importância da preservação dos valores culturais e para dizer que, no exemplo e na companhia deles, uma instituição mineira, criada há 30 anos, vem desenvolvendo um amplo trabalho na área do folclore, ganhando admiração e reconhecimento em todo o Brasil e até no exterior. Obviamente, estamos falando do Grupo Sarandeiros, a quem a Assembleia Legislativa de Minas tem a grande satisfação de homenagear nesta reunião especial, pela beleza, criatividade e competência com que, por meio da dança e da música, tem divulgado artisticamente a diversidade folclórica do Estado e do País.

Fundamentados em estudos e pesquisas, os espetáculos do Grupo nos remetem a ritmos, festas, histórias e personagens espalhados por todas as regiões mineiras e brasileiras, encantando-nos pela lembrança viva de nossas tradições e surpreendendo-nos pela inventividade e pela incorporação da linguagem contemporânea das artes cênicas.

Um trabalho com a qualidade e o valor cultivados pelo Sarandeiros não poderia, naturalmente, ficar restrito a Belo Horizonte, onde nasceu e se estruturou. Por isso o Grupo já percorreu todos os cantos do Estado, participou de festivais em diversas partes do País e realizou nada menos que 12 turnês internacionais, recebendo aplausos e prêmios por onde passa.

São também exemplares os projetos que o Grupo desenvolve na área da educação, por meio de parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais, que resultam em cursos gratuitos para professores das redes estadual e municipal de ensino. Dedicar-se ainda à formação de grupos de dança para idosos e para alunos de diversas escolas de Belo Horizonte e participa de outros eventos de caráter social, como o Criança Esperança, realizado anualmente pela Rede Globo de Televisão.

Por tudo isso e por muitas outras atividades que constam em seu vasto currículo, esta Casa parabeniza o Grupo Sarandeiros nas comemorações de seus 30 anos de existência, cumprimentando, na pessoa de seu Diretor-Geral, Gustavo Côrtes, e de suas fundadoras, Marilene e Dorinha, todos os seus componentes, parceiros e colaboradores, desejando longa vida a esse projeto tão importante para a nossa cultura e para o desenvolvimento cultural do nosso País e do nosso Estado. Muito obrigado a todos vocês."

Desejamos a todos uma boa noite e uma boa semana. Que Deus os abençoe e continue iluminando os caminhos de todos vocês que participam desse Grupo tão querido, que tem contribuído, verdadeiramente, para o desenvolvimento da cultura, da música e da dança no Estado de Minas Gerais. Agradeço a todos.

## Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 14/9/2010.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/9/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Eros Biondini - Gláucia Brandão - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Eros Biondini, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

## Questões de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, na oportunidade cumprimento os servidores do Tribunal de Justiça, os Oficiais de Justiça, os Assistentes Sociais, os Psicólogos, os Comissários de Menores, bem como o Sindicato Serjusmig, que há muito tempo estão numa luta muito importante para a categoria dos servidores públicos, que é a aprovação do Projeto de Lei nº 3.797/2009. Esse projeto garante o adicional de periculosidade para essas categorias de servidores do Tribunal de Justiça. Esta Casa, a nossa Bancada, o nosso Bloco, fizemos um esforço concentrado na semana passada, mesmo sem a presença da maioria governista no Plenário. Já fizemos a suplementação orçamentária do Tribunal de Justiça e achamos mais do que justa e necessária a inclusão na pauta de votação do Projeto de Lei nº 3.797/2009. Sr. Presidente, nesse período andamos mais ainda pelo interior do Estado. Na semana passada, estive em Malacacheta, onde encontrei um antigo Oficial de Justiça, com longo tempo de serviço prestado e em véspera de aposentadoria. Esse experiente Oficial de Justiça relatou-me a dificuldade do exercício de sua função no interior do Estado, pois caminham por grandes distâncias para cumprir mandados judiciais de diversas naturezas. Isso é muito trabalhoso, é uma tarefa árdua e arriscada para esses Oficiais no exercício da função, com exposição permanente ao risco. Por isso, é fundamental a inclusão desse projeto de lei na pauta para que possamos aprová-lo. Essa é a grande carência de nosso Estado hoje, Sr. Presidente, é uma dívida histórica e social que este Estado tem para com seus servidores. Sabemos que a economia de Minas está bem, com indicadores que superam a média do crescimento nacional. Mas esse crescimento econômico deve ser revertido para a melhoria da qualidade de vida do povo e da remuneração de seus servidores. De nada adianta um Estado rico, forte em arrecadação se seus servidores estão passando por grandes dificuldades. Isso vale para os Oficiais de Justiça e para os professores da rede estadual de ensino que também estão muito preocupados com sua situação funcional no interior do Estado. Isso vale também para os servidores efetivados pela Lei Complementar nº 100, que estão preocupados com a falta de clareza sobre o que vai acontecer com eles. Estamos no Plenário, mas poderíamos estar em outro local desenvolvendo outro tipo de atividade. Só que nosso compromisso fundamental, como Deputado Estadual de Minas Gerais, é estar presente nas reuniões de Plenário extraordinárias ou ordinárias, para votar projetos de lei de interesse do povo de Minas Gerais. Não tenho dúvidas da importância do Projeto de Lei nº 3.797/2009, que garante o adicional de periculosidade para os Oficiais de Justiça, Assistentes Sociais, Psicólogos e Comissários da Infância e Juventude. Deixo nossa solidariedade a essa classe. Mais uma vez parabéns aos servidores e ao Serjusmig, sindicato representativo da categoria.

O Deputado Weliton Prado - Cumprimento a todos e a todas. Solicito à Mesa, da qual faço parte, que se cumpra o Regimento. Já foram apresentados três requerimentos e foi aprovado um requerimento sobre a inclusão do Projeto de Lei nº 3.797/2009 na pauta. Solicito que a Mesa coloque esse projeto em pauta para votação. Os Deputados que forem contra que se posicionem votando contrariamente. O adicional de periculosidade é um direito dos servidores da Justiça do nosso Estado, reconhecido pelo próprio Tribunal de Justiça que, no passado, encomendou pareceres sobre o tema. Esses pareceres comprovaram a necessidade desse adicional. Está aqui um documento do Serjusmig que questiona: "Quantos servidores perderão suas vidas antes de verem reconhecido o direito ao adicional de periculosidade?" A aprovação do Projeto de Lei nº 3.797/2009 é uma questão de justiça. Aprovamos a suplementação orçamentária para o Tribunal de Justiça. Infelizmente, não há mão dupla; só vai, não vem, e os servidores responsáveis pelo atendimento à população, que colocam a cara para bater, que estão nas ruas trabalhando olho no olho do cidadão, são os últimos a serem reconhecidos. Da fatia do bolo para os servidores da Justiça, verdadeiros responsáveis pelo funcionamento do Poder Judiciário, restam as migalhas, pois são os últimos a serem reconhecidos. Mas esse é um direito desses servidores. Na minha avaliação, não seria necessária a aprovação. O Tribunal deveria reconhecer e pagar aos servidores do Judiciário. Infelizmente, isso não acontece. Temos de aprovar o projeto. Há requerimento nesse sentido aprovado por esta Casa. É só incluir na pauta. A

mobilização dos servidores é fundamental. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. O Serjusmig, o Sindjus e o Sind-UTE estão mobilizados e organizados. Fica aqui um apelo ao governo e ao Tribunal de Justiça. Os servidores não vão mais aceitar as coisas de braços cruzados. Tenho a certeza de que a categoria será vitoriosa. A Assembleia Legislativa mostrará que a Casa do povo fará justiça aos servidores do Judiciário, garantindo-lhes o auxílio-periculosidade. Muitas matérias nos jornais apontam o grande número de servidores vítimas de violência. Se as profissões de Oficial de Justiça, de Assistente Social e de Comissário da Infância não forem de risco, nenhuma outra é. O auxílio-periculosidade para o policial militar, para o policial civil e para o bombeiro militar já está na Constituição do Estado, mas infelizmente não sai do papel. O governo não cumpriu essa promessa. Parabenizo todos os colegas. Façamos um esforço concentrado para garantir que o Projeto de Lei nº 3.797/2009 seja incluído na pauta, a fim de que o aprovemos o mais rapidamente possível, fazendo justiça a esses servidores, que vêm lutando pelo que já é de direito. O próprio Tribunal já reconheceu. Inúmeros pareceres reconhecem que é uma profissão de risco. Agradeço e solicito a imediata inclusão do Projeto de Lei nº 3.797/2009 na pauta. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente, cumprimento os servidores do Judiciário, que hoje mais uma vez mantêm uma vigilância constante, buscando que o Projeto de Lei nº 3.797 seja incluído na pauta desta Casa. Quero fazer um reparo na fala do Deputado Weliton Prado e na fala do Deputado Carlin Moura. Não se trata de Situação ou de Oposição. É bom cobrarmos do Presidente do Tribunal de Justiça. Servidor do Judiciário recebe reajuste do Presidente do Tribunal de Justiça. E é bom que esta Casa saiba que quem está empacando a tramitação é o Presidente do Tribunal. Os servidores sabem disso. Nossos esforços como Poder independente, como uma Casa independente, são para mostrar ao Presidente do Tribunal que, quando os projetos do Tribunal chegarem a esta Casa, também faremos obstrução. Temos de obstruir projetos de interesse do Tribunal para que o projeto do servidor não fique nesse lenga-lenga, porque é o Presidente do Tribunal que vem, por meio dos seus emissários, pedir que o projeto não entre na pauta, para que não seja votado. Não se trata de Oposição ou de Situação. Sou Deputado da base do governo e quero a aprovação do projeto. Quem tem dificultado sua tramitação é o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do Tribunal. Tudo o que o Deputado Weliton Prado disse aqui está correto. Existem pareceres que indicam isso. O Tribunal sabe da aprovação de uma lei que garante o auxílio-periculosidade. O que eles querem, na verdade, é que o Presidente do Tribunal cumpra o que já está aprovado em lei e seja ratificado por meio do Projeto de Lei nº 3.797/2009. Mas os servidores que estão aqui representando o Serjusmig não são servidores do Executivo. Portanto, não se trata de uma benção do Governador ao Tribunal. Nós e os servidores sabemos disso, porque o Presidente do Tribunal colocou o servidor de carreira para fazer interlocução com eles. Isso é um absurdo. Já disse e repito: quero ver a independência desta Assembleia quando o Presidente do Tribunal mandar para esta Casa pedido de reajuste salarial para os membros do Judiciário, para Juizes e Desembargadores. Quero ver os Deputados se posicionarem, sem votar e aprovar projeto a toque de caixa, sem que antes haja um tratamento justo e igualitário. O percentual da dotação orçamentária do Estado destinado ao Tribunal de Justiça será destinado às suas despesas com pessoal. Portanto, cabe ao Tribunal e à Corte Superior do Tribunal decidir sobre essa matéria, negociando com os servidores. Segundo informações, o Presidente do Tribunal está com má vontade para negociar. Portanto, Deputado Adelmo Carneiro Leão, hoje temos de cobrar do Presidente desta Casa a inclusão do projeto na pauta. Não vejo aqui nenhum Deputado da Oposição nem da Situação que sejam contrários a essa matéria. Temos de dar um recado simples e categórico ao Presidente do Tribunal para que saia do conservadorismo. Hoje, o Presidente da Assembleia negocia com os servidores da Assembleia; o Governador, com os servidores do Executivo; o Procurador-Geral, com o Ministério Público; o Presidente do Tribunal de Contas, com os seus servidores. Por que será então que o Presidente do Tribunal não nomeia uma comissão de Desembargadores que compõem a Corte para negociar? É isso que tem de ser feito. É preciso iniciar o diálogo para que os servidores tenham oportunidade de mostrar as dificuldades por que estão passando. Este é um apelo. Não se trata de oposição ou de situação, mas de uma negociação que está parada pelo Presidente do Tribunal.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, estamos vendo aqui essa maratona dos servidores do Judiciário nesta Casa para que o Projeto nº 3.797/2009 seja incluído na pauta. O Presidente da Comissão de Administração Pública, que analisou o mérito da matéria, e este Deputado, como relator, colocamos o projeto na pauta tão logo ele chegou da Comissão de Justiça, ou seja, em menos de três dias. Agora, como estamos num processo eleitoral, há dificuldade de quórum - isso acontece em toda casa legislativa nesse período -, mas muitos Deputados estão aqui para votar o Projeto nº 3.797/2009. Então, novamente, faremos um apelo à Presidência da Casa para que, o mais rápido possível, inclua esse projeto na pauta. Não podemos conviver com servidores da Justiça nessa situação. Tenho frequentado os tribunais - hoje mesmo irei ao Tribunal de Justiça para fazer uma defesa - e vejo a todo momento a angústia desses servidores por saberem que esses projetos não são votados. Mais do que isso: sabemos que o Tribunal tem um passivo da ordem de R\$45.000.000,00 para com os Oficiais de Justiça. Já apontamos o caminho para a solução desse problema. O Tribunal de Justiça, juntamente com a Secretaria de Fazenda, deve fazer o estudo e encaminhar a esta Casa, ainda neste semestre, um projeto modificando o critério de cobrança de custas processuais. Há custas absolutamente defasadas, e, por força da Constituição Federal, o projeto que revê o valor dos emolumentos e das custas deverá ser votado e aprovado este ano. E lá temos uma fonte de recursos absolutamente razoável para pagar essa dívida com os Oficiais de Justiça. Já falamos isso com o Presidente do Tribunal na gestão passada; ele, aliás, ficou de encaminhar esse projeto a esta Casa para que pudéssemos votá-lo e prover o Tribunal de recursos suficientes para pagar esse passivo para com os servidores do Judiciário. É necessário aprovarmos também o Projeto de Lei nº 3.797/2009, que está pronto para a ordem do dia e precisa ser colocado na pauta. Digo a todas as entidades representativas dos servidores que estamos permanentemente aqui, independentemente de ser época de eleições ou não, a fim de votarmos os projetos que interessam ao Estado de Minas Gerais. Esse projeto interessa ao Estado, porque diz respeito aos servidores da Justiça. Sem esses servidores, a Justiça não funcionará. Com isso, os prejudicados serão os cidadãos, os jurisdicionados. Apelo aos Deputados desta Casa para que votem, se possível neste mês - no mais tardar, no próximo mês -, o Projeto de Lei nº 3.797/2009 e outros projetos de interesse da coletividade. Considero de interesse da coletividade o projeto que atende a uma gama de servidores abnegados e dedicados à causa maior do povo de Minas Gerais: a causa da justiça. Sem justiça, uma sociedade não poderá viver com tranquilidade. Este é o apelo que faço. Os servidores têm o nosso apoio, o apoio da Bancada do Partido Verde, que apoia o governo, mas apoia, acima de tudo, os interesses de Minas Gerais. Esse é um projeto do interesse de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, cumprimento também os servidores do Judiciário, aos quais manifesto a minha solidariedade. Faço também um apelo pela inclusão do Projeto de Lei nº 3.797/2009 na pauta. Sr. Presidente, concordo com as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, que chamou a nossa atenção para algumas considerações feitas aqui e que não guardam coerência com as nossas manifestações favoráveis aos servidores do Judiciário. Alguns colegas tentaram atribuir ao Poder Executivo a responsabilidade pela morosidade, pela dificuldade na aprovação desse projeto ou de qualquer outro ligado ao Judiciário. Existem princípios elementares da Constituição da República e da Constituição do Estado. Os servidores do Judiciário os conhecem bem: são os princípios da independência entre os Poderes. A matéria de que trata esse projeto diz respeito às questões salariais dos servidores do Judiciário. Como disse o Deputado Délio Malheiros, votamos essa matéria em tempo recorde, na Comissão de Administração Pública, da qual também sou membro. Estou aqui, na condição de Líder da Maioria, com o mesmo propósito, ou seja, trazer o meu apoio aos servidores do Judiciário. Isso não está acontecendo somente agora. Quando tramitou nesta Casa o projeto de lei da organização do Judiciário, os Oficiais de Justiça e eu, como relator, não apenas negociamos, mas também incluímos nesse projeto sinalizações a fim de que o Judiciário reconheça, valorize esses profissionais, que são essenciais para que a justiça chegue a todos os cidadãos. Devemos compreender, nas diversas formas de organização do serviço público, os papéis desempenhados por todos os servidores. No Judiciário não existem somente os Juizes, os magistrados, enfim, os profissionais ligados diretamente ao direito. Todos os profissionais do Judiciário têm o seu papel, a sua importância. Devemos reconhecer isso, valorizar todos eles. Isso deve ser feito nas diversas áreas do serviço público. Devemos valorizar, por exemplo, todos os servidores da educação, da saúde, para que os serviços cheguem com qualidade aos cidadãos. Sempre manifestamos uma posição clara, ou seja, valorizamos os servidores públicos. Muitas vezes, durante o calor de um debate, na disposição de fazer oposição, companheiros fazem manifestações que não guardam nenhuma relação com a verdade. Tais manifestações não têm nem sequer coerência, como as acusações feitas ao Executivo porque algumas questões ligadas ao Judiciário não foram resolvidas. Não posso deixar de citar a grande injustiça cometida não apenas comigo, mas também com outros Deputados, quando fomos acusados de não haveremos votado a favor dos professores. É uma mentira deslavada. Não só votamos a favor de todos os projetos de lei como lutamos para aperfeiçoá-los. Fazem de um artifício maldoso, de uma emenda inconstitucional, de uma iniciativa inócua uma tentativa de manchar o nome de pessoas que sempre trabalharam em nome da educação, como eu e tantos outros colegas desta Casa. Hoje ainda temos de dizer às pessoas que não é verdade o que estão dizendo, que é algo absolutamente falso e maldoso, ou seja, tentam prejudicar a imagem de pessoas que têm compromisso com a verdade e com um trabalho sério. Portanto, fica registrado para os nossos servidores do Judiciário que estamos aqui solidários, reiterando o apelo para que coloquem em pauta o Projeto de Lei nº 3.797/2009. Terão o nosso apoio absoluto para a sua aprovação. Faremos isso para que sejam valorizados nossos servidores. Essas sempre foram minhas posições, aqui, em defesa dos servidores da educação e da saúde. Afinal de contas, o serviço público pode e deve ser uma iniciativa de quem governa, mas é exercido pelo servidor público, por aquele que atende diretamente o cidadão no posto de saúde, por aquele que educa o aluno,

que atende na estrutura judiciária, nos fóruns, que luta na segurança pública. Acabamos de conseguir mais alguma coisa para a segurança pública da cidade de Oliveira. Mas é o cidadão que vai ser atendido pelo servidor público. Portanto, fica aqui nosso apoio aos servidores do Judiciário.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Oficiais de Justiça do Estado de Minas Gerais, quero fazer aqui algumas considerações sobre este momento importante que estamos vivendo, os quais devem servir de reflexão para o futuro. O que queremos desta Casa, o que queremos da política, o que queremos do nosso Estado, das instituições do Estado? Vejo aqui algumas considerações que merecem reparos. Precisamos repensar algumas relações. Quero dizer que sou favorável ao Projeto de Lei nº 3.797/2009, mas isso não basta. Ele não vai resolver definitivamente o que está dito acima, naquela faixa amarela. Quantos servidores perderão suas vidas antes de verem reconhecido o direito ao adicional de periculosidade? Ele certamente não vai diminuir os riscos, mas poderá melhorar a vida dos servidores. Ele poderá garantir um salário mais digno. A primeira coisa que temos de fazer é discutir as relações salariais, que são absurdas em nosso Estado. A cada vez que se faz uma discussão, dizem que aquilo é da Assembleia, é do Judiciário ou do Executivo. O Judiciário, o Legislativo e o Executivo foram constituídos como instrumentos de um governo. Não podem dizer que uma questão não está ao nosso alcance porque é do Judiciário. Vamos votar a lei aqui; por isso, é da nossa responsabilidade. É claro que é da nossa responsabilidade. Não quis pregar este papel na lapela do meu paletó, porque esta Casa ainda não merece ser reconhecida como verdadeira casa da justiça. Esta Assembleia precisa melhorar muito para ser verdadeiramente casa da Justiça. Não merecemos esse rótulo, por mais digno que possa parecer. Esta Casa tem de melhorar demais. O Presidente, mesmo que não venha aqui, tem poder de pautar esse projeto de lei. Eu, o Padre João, o Carlin Moura não podemos fazer isso. O Presidente da Assembleia, que hoje também é candidato ao governo, tem o poder de colocar em pauta esse projeto. É preciso compreender isso. Se ele está subserviente à ordem do Judiciário, está errado, porque esta Casa não foi criada para isso. Esta Casa foi constituída para ser um órgão independente, autônomo, mas ela não é soberana. Ninguém é soberano, nem o Judiciário nem o Executivo. Infelizmente, esta Casa não é nem autônoma, pois é cativa dos outros Poderes. Ou não é? O projeto está tramitando na Assembleia, mas fica parecendo que, se o Presidente do Tribunal quer, ele vem; se não quer, não vem. Não é assim. Quero deixar registrado que minha concepção de Estado não é essa relação de poder que está aí. Não quero uma Assembleia subserviente. Uma coisa importante, voltando à minha consideração original, é a discussão das relações salariais no Estado no que diz respeito a vocês, que são trabalhadores tão essenciais quanto os Juizes. A Justiça não prossegue, não prospera, não se conclui se vocês não estiverem presentes, arriscando suas vidas, enfrentando sol, chuva, violência e até a má vontade de muitos, já que trabalham na ponta. Sofrem mais as consequências e correm mais riscos que os Juizes e Promotores. Precisamos botar o dedo na ferida se quisermos mudar o Estado. Temos de levantar uma questão, que é grave. As relações salariais são indecentes no Estado de Minas Gerais. As pessoas que trabalham na base da sociedade, função tão fundamental, têm de trabalhar, às vezes, 5, 8, 10 anos para receber o que outro servidor do Estado percebe em um mês. Isso é indecente, é anticomunitário, é injusto. E eu nem poderia usar este adesivo na lapela, porque esta Assembleia também sustenta essa realidade, inclusive aqui dentro. Não tem coragem de enfrentar o problema porque os donos do poder, os que mandam, são os que recebem 50, 100 vezes mais que os que servem. Vou votar o projeto de vocês com pena, porque ele está muito aquém do que deve ser uma relação justa. Vocês precisam ter salários justos e a segurança necessária para cumprirem seu papel. No mais, desejo muita sorte a vocês. Continuem na luta, porque não existe nada de graça.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores do Judiciário, mais uma vez, nós, Deputados do PT, estamos quase que em maioria aqui, pressionando para incluir o projeto em pauta. Discordo de algumas intervenções, feitas anteriormente, de que isso depende do Tribunal. Depende da Assembleia. Se ela quiser, vota. Basta o Presidente incluir na pauta e os Deputados cumprirem suas obrigações. Combinamos o esforço concentrado. Não existe nem esforço e muito menos concentrado. Cadê os Deputados? Temos de acabar com essa hipocrisia. Vamos mudar o Regimento: em época de eleição, não há reunião ordinária, nem extraordinária, de maneira nenhuma, porque é injusto. Saiu até uma notinha no jornal: Deputado na Assembleia é Deputado morto eleitoralmente. Mas estamos cumprindo nosso dever. Fazemos um apelo, porque é um projeto importante, mesmo com as limitações que o Deputado Adelmo Carneiro Leão tão bem apontou. Sou assistente social. Vejam como o governo federal e o estadual tratam a questão de forma diferente. Havia um projeto tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado reduzindo a jornada de trabalho do profissional dessa área, exatamente pela carga exaustiva, pelo tipo de trabalho, pelo desgaste. A Câmara dos Deputados, orientada pelo governo, aprovou o projeto e o Presidente Lula sancionou a redução da jornada de trabalho do assistente social. Aqui, estamos querendo aprovar emendas a um projeto, incluindo uma adicional de periculosidade mais que justo e necessário. Mas a Maioria, a base do governo não coloca o projeto em pauta e ainda quer transferir para o Tribunal uma responsabilidade que é nossa, que é desta Casa, que é da Maioria, da base do governo. A questão dos professores, como foi levantada aqui, é pública. Todo o Estado sabe que quisemos votar algo que, aliás, não deveria ser votado, mas cumprido e respeitado. Trata-se de uma lei federal sobre o piso nacional do magistério, que Minas se negou a cumprir. Tentamos aprovar uma emenda, mas foi derrotada. Cada um tem de assumir a sua responsabilidade, e não confundir o cidadão, dizendo que não houve votação. A votação é pública, e não cabe a nós, Deputados, julgar quem votou a favor ou não. Isso deve ser feito pelo sindicato, pelos professores. O painel registra o voto; quem quiser verifica a votação. Aliás, não entrarei no assunto porque não pode: há uma distorção entre os salários dos professores e os de outras categorias. Muitas pessoas estão ganhando mais que os professores, inclusive no período eleitoral. Solicitamos respeitosamente e de maneira firme que esse projeto seja colocado na pauta. Receberá o nosso apoio e contará com a nossa presença, pois estamos dispostos, em nome do PT e do PCdoB, no dia em que houver esforço concentrado de verdade, não de mentirinha, a valorizar o digno servidor do Judiciário do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, quero falar aos companheiros e telespectadores a respeito não apenas do Projeto de Lei nº 3.797/2009, mas também do Projeto de Lei nº 4.256/2010, muito importante e de interesse dos servidores, por tratar das custas judiciais. Está pronto para a Ordem do Dia; foi apreciado em 1º turno e agora em 2º turno. Precisa ser aprimorado, porque a tabela do Tribunal de Justiça é uma vergonha, um desrespeito para com os Oficiais de Justiça. Para o cumprimento de diligência ou de mandado, pagam-se R\$5,00 e, no interior, R\$6,50. Isso é um absurdo. A lei é muito clara; estabelece que o valor tem de ser indenizatório, mas isso não indeniza ninguém. Em vez de indenizar, retira; paga e retira o dinheiro do servidor, o que é um desrespeito. Deputados André, Carlin, Adelmo, somos responsáveis pela condução desse processo. Solicitamos ao Tribunal de Justiça, quando da apreciação da suplementação, que o Desembargador Cláudio Costa recebesse os servidores e buscasse entendimento. Demos o primeiro passo; contribuimos, mas, como a reunião foi feita de forma intransigente, não se cedendo em nada, não houve diálogo. Assim não é possível resolver nada. Qualquer dirigente que se senta à mesa tem de estar aberto para ceder e contribuir com o processo de entendimento, de negociação. Trata-se de demandas justas. Esse é o nosso empenho. Os servidores do Tribunal de Justiça estão de parabéns, por estarem sempre vigilantes. A direção está sempre aqui, diuturnamente presente. Cabe a nós, Deputados, contribuir com o processo. Se o projeto está pronto para a Ordem do Dia, vamos apreciá-lo. Infelizmente, em relação ao Projeto de Lei nº 4.256/2010, que será apreciado em 2º turno, a emenda somente poderá ser aprovada com Acordo de Líderes, o que buscaremos para garantir a indenização e não simplesmente a manutenção de uma tabela injusta. Mencionei outra questão abordada aqui pelo Líder da Maioria. Não fui eu quem trouxe aqui a questão da educação. Dizer que contribuiríamos com os profissionais da educação é uma mentira e um enorme desrespeito para com os trabalhadores e trabalhadoras da educação. Quem faz a merenda escolar, os auxiliares e serviços, como são conhecidos por todos, recebem um salário-base de R\$336,00. Alguns se aposentam com 30 anos de serviço com o salário de pouco mais de R\$500,00. Isso é sim uma vergonha e um desrespeito para com os profissionais da educação, e não houve contribuição da Maioria, porque, se assim tivesse ocorrido, o projeto seria alterado de acordo com a constitucionalidade e legalidade, e a justiça para com os trabalhadores e trabalhadoras da educação seria garantida. Então, na verdade, há um grande desrespeito com a educação e não houve uma contribuição efetiva da Maioria e, muito menos, do governo Antônio, do governo Anastasia. Não houve isso. Entendemos que o Estado só será forte se o servidor - e também os do Tribunal de Justiça - for valorizado com uma justa remuneração e dignas condições de trabalho e segurança, como ocorre aqui com a reivindicação de auxílio-periculosidade. Só haverá educação de qualidade se os professores e também toda a equipe de técnicos e auxiliares forem bem remunerados. Isso é garantir o alicerce da sociedade, porque a educação é a base para todas as profissões. Se a educação vai mal, ficam comprometidas todas as outras profissões. Então, são essas as minhas considerações. Encerro as minhas palavras solicitando que coloquem em pauta não só o Projeto de Lei nº 3.797, mas também o Projeto de Lei nº 4.256. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 274 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 4.687 e 4.699/2010,

uma vez que permaneceram em ordem do dia por quatro reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/9/2010

#### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Célio Moreira - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Gláucia Brandão - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, mais uma vez, quero destacar que temos sim projetos importantes na pauta. Também é importante destacar a presença dos servidores do Tribunal de Justiça que reivindicam sejam pautados dois projetos. Um deles é o Projeto de Lei nº 3.797/2009, que, em um de seus itens, trata do auxílio-periculosidade. O Projeto de Lei nº 4.256/2010, que trata das custas judiciais, também é muito importante, porque repara algumas injustiças cometidas dentro do próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais no que diz respeito ao reembolso, que deve ter caráter indenizatório. Hoje existe uma discrepância: no cumprimento de uma mesma ação, na mesma localidade, se a parte for a responsável pelo pagamento, o valor é "x"; mas se o responsável for o próprio TJ, no caso da Justiça gratuita, esse valor cairá pela metade. Essa situação leva o servidor a pagar para trabalhar. Ressalto a importância de os Projetos de Lei nºs 3.797/2009 e 4.256/2010 serem pautados. Dessa forma, a Assembleia Legislativa garantirá justiça aos servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, os quais estão realizando um excelente trabalho, pondo em risco a vida, porque, no cumprimento de uma diligência, sobretudo de um mandado, ficam expostos a agressões. Infelizmente, pessoas ignorantes julgam que o Oficial de Justiça é culpado pela situação e as está provocando, embora ele esteja desenvolvendo o seu trabalho, porque algum cidadão recorreu à Justiça para que seu problema fosse resolvido. Além disso, estão expostos ao sol e à chuva. A qualidade de trabalho desses servidores deve ser assegurada, sobretudo a sua segurança de vida, a sua proteção. Queremos, então, destacar a importância de serem pautados os dois projetos. A Assembleia Legislativa, como um Poder, deve ser independente, embora tenha convivência harmônica com os demais Poderes de Minas. Temos não apenas o poder, mas também o dever de aprimorar qualquer projeto que esteja tramitando nesta Casa, de iniciativa de Deputados, do Executivo ou do Judiciário. Caso contrário, não haveria razão para que tais projetos tramitassem nesta Assembleia. Se estão tramitando, temos o poder e o dever de aprimorá-los. Eram essas as nossas considerações, Sr. Presidente. Obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para votação e, tendo em vista que há projetos que se encontram na faixa constitucional, sobrestando as demais matérias constantes na pauta, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 15, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 31/8/2010

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tenente Lúcio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre os recentes crimes contra mulheres ocorridos no Bairro Industrial, no Município de Contagem, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses:



ofícios dos Srs. Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça (19/8/2010), e Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social (26/8/2010). Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlin Moura e Sargento Rodrigues. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Vânia Godoi, Chefe do 2º Departamento da Polícia Civil de Minas Gerais; Maria da Conceição Sampaio, Delegada lotada na Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher de Contagem; Lésia Aparecida Vaz de Souza e Roseni Isabel Ernesto; e os Srs. Leonardo Dias, Delegado Regional da Polícia Civil em Contagem; Valter Ferreira Passos, Inspetor do 2º Departamento da Polícia Civil de Minas Gerais; Erimar Eustáquio de Souza e Geraldo Nelson Santos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retiram-se da reunião os Deputados Sargento Rodrigues e Adelmo Carneiro Leão. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.235/2010 com a Emenda nº 1, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.586, 6.587 e 6.589/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 16/9/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado. (Faixa constitucional. Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S.A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, e regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN -, e dá outras providências. (Faixa constitucional. Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2 a 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado o Banco de Ossos, para fins de transplantes, e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 16/9/2010

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 14/9/2010, as seguintes comunicações:

Do Deputado Alencar da Silveira Jr., notificando o falecimento da Sra. Mercedes Salum, ocorrido em 8/9/2010, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Gentil Maria Bontempo, ocorrido em 9/9/2010, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/9/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando Ednaldo Gumercindo da Rocha do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

nomeando Ednaldo Gumercindo da Rocha para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Mauro Carneiro Barbosa Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, 17.637, de 14/7/08, 18.803, de 31/3/10, a Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/8/10, o servidor Juscelino Luiz Ribeiro, CPF: 162.320.546-87, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observadas as Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 16.833, de 20/7/07, e 17.637, de 14/7/08, a Lei complementar nº 64, de 25/03/02, e os artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 10/9/10, a servidora Maria Cristina de Assis Fonseca, CPF nº 647.282.186-00, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/08/90, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 13/9/10, o servidor Antônio Pinto da Silva, CPF nº 057.303.501-63, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 14/9/10, a servidora Manoela Candida Fernandes, CPF nº 141.508.756-34,

ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 13/9/10, a servidora Maria da Consolação Lima, CPF nº 144.297.486-91, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 8/9/10, a servidora Mirtes Rodrigues de Paula, CPF nº 319.132.376-72, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2010

Número DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 70/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 30/9/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de "no-breaks".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.